

As redes “transimperiais” de um “homem de negócios”: as estratégias de Felisberto Caldeira Brant para alcançar o centro político imperial brasileiro

Rafael Cupello Peixoto

Centro Universitário Celso Lisboa
Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

Recebido em: 10 mar. 2024

Aprovado em: 30 abr. 2024

Publicado em: 04 out. 2024

Resumo

Felisberto Caldeira Brant Pontes de Oliveira e Horta, futuro marquês de Barbacena no Império do Brasil, é normalmente recordado na historiografia brasileira como figura de realce na política nacional brasileira no Primeiro Reinado. Felisberto, inclusive, é um dos personagens relevantes na trama política que culminou na abdicação de D. Pedro I em 7 de abril 1831. Todavia, uma outra faceta desse personagem é amplamente desconhecida pelo público leitor: sua atuação como “homem de negócios” na Bahia na primeira metade do século XIX. O presente artigo visa esmiuçar esse papel, destacando como as redes de negócios desenvolvidas por Felisberto foram primordiais para que ele pudesse se aproximar do centro político imperial, primeiramente da Corte joanina e, posteriormente, já no Brasil independente, o levasse a se tornar um dos homens de confiança do primeiro imperador brasileiro.

Palavras-chave: Felisberto Caldeira Brant. Homem de Negócios. Bahia. Marquês de Barbacena. Redes transimperiais.

* Professor do Centro Universitário Celso Lisboa, Escola de Formação de Professores, Curso de História. Doutor em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro; Mestre em História Social e graduado em História pela Universidade Federal Fluminense. E-mail: rafael.cupello.peixoto@gmail.com

 <https://orcid.org/0009-0008-2497-3727>

 <http://lattes.cnpq.br/7220641053758862>

The “trans-imperial” networks of a “businessman”: Felisberto Caldeira Brant’s strategies to reach Brazil’s imperial political center

Rafael Cupello Peixoto

Celso Lisboa University Center
Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brazil

Received: 10th March 2024

Approved: 30th Apr. 2024

Published: 04th Oct. 2024

Abstract

Felisberto Caldeira Brant Pontes de Oliveira e Horta, future Marquis of Barbacena in the Empire of Brazil, is normally remembered in Brazilian historiography as a prominent figure in Brazilian national politics in the First Reign. Felisberto, in fact, is one of the relevant characters in the political plot that culminated in the abdication of D. Pedro I on April 7, 1831. However, another facet of this character is largely unknown to the reading public: his role as a “businessman” in the Bahia in the first half of the 19th century. This article aims to scrutinize this role, highlighting how the business networks developed by Felisberto were essential for him to be able to get closer to the imperial political center, firstly the Joana Court and, later, in independent Brazil, leading him to become one of the trusted men of the first Brazilian emperor.

Keywords: Felisberto Caldeira Brant. Businessman. Bahia. Marquis of Barbacena. Trans-imperial Networks.

* Professor at Celso Lisboa University Center, Teaching Formation School, History course. PhD in History from the State University of Rio de Janeiro; MA in Social History and BA in History from the Fluminense Federal University. Email: rafael.cupello.peixoto@gmail.com

 <https://orcid.org/0009-0008-2497-3727>

 <http://lattes.cnpq.br/7220641053758862>

Felisberto Caldeira Brant Pontes de Oliveira e Horta, futuro marquês de Barbacena no Império do Brasil, é personagem pouco referenciado na historiografia brasileira. Isto não significa dizer que ele nunca foi estudado. Pelo contrário, Felisberto mereceu algumas biografias,¹ a mais famosa delas de Pandiá Calógeras, que cunhou, talvez, a expressão que melhor definiu a participação de Felisberto nos primeiros tempos do Brasil independente. Segundo Calógeras (1982, p. 3), o futuro marquês de Barbacena seria “o próprio Primeiro Reinado, em sua diplomacia, suas contendas externas e sua economia”. Em suma, ele é lembrado muito mais em virtude de sua faceta política e diplomática.

Recentemente, Cláudia M. G. Chaves (s/d., p. 1) destacou a relevância de Barbacena como ministro da Fazenda do Império do Brasil e como sua atuação no ministério de 1829 para impor uma política fiscal de controle do gasto público, elaborando o primeiro projeto de reformulação das instituições fazendárias para o Brasil, modificando toda a estrutura fazendária herdada da administração lusitana para adequá-la ao sistema liberal representativo. O projeto acabou rejeitado em razão da crise política instalada no final do Primeiro Reinado, que culminou na demissão de Barbacena do ministério da Fazenda por D. Pedro I. Todavia, a proposta do marquês foi a base da reforma implementada por Bernardo Pereira de Vasconcelos em lei de 4 de outubro de 1831 (*Ibidem*).²

Como podemos perceber até aqui, neste breve relato sobre a figura de Caldeira Brant há uma certa ignorância de uma importante agência do futuro marquês de Barbacena: seu papel como “homem de negócios” e proprietário de terras no Recôncavo baiano. O presente artigo visa descortinar essa ação. A trajetória de Caldeira Brant, como um destacado negociante, se iniciou a partir do casamento, em 1801, com Ana Constança Guilhermina de Castro Cardoso, filha de um grande negociante e traficante de escravizados da Bahia, Antônio Cardoso dos Santos.³ É partir dessas núpcias que Felisberto amealhou imensa fortuna, além de tomar experiência com os negócios escravistas, do qual participou ativamente.

Para identificarmos e mapearmos a complexa rede de negócios de Felisberto Caldeira Brant, no período joanino, direcionamos nossa investigação a um conjunto de cartas escritas por ele entre os anos de 1819 e 1821, e que foram publicadas pelo Arquivo Nacional do Rio de

1 Entre os estudos podemos citar: Aguiar (1896); Sisson (1999, v. 2); Otávio Filho (1944). Recentemente, a trajetória do marquês de Barbacena foi objeto de pesquisa acadêmica, cf. Peixoto (2022).

2 Para maiores informações a respeito do projeto de Barbacena e sua transformação em lei por Bernardo Pereira de Vasconcellos, cf. Chaves (s./d.).

3 Para maiores informações sobre seu casamento na Bahia, cf. Peixoto (2022), especialmente o cap. 2, p. 105-118.

Janeiro no ano de 1976.⁴ Na publicação, que reuniu 242 cartas escritas por Felisberto, se expõe uma complexa rede de negócios de exportação e importação de produtos, realizados por ele a partir da Bahia, onde residiu e era proprietário dos engenhos da Ponta, localizado em Iguape no Recôncavo Baiano, de Santana, na região de Ilhéus,⁵ e de Propriá (divisa da Bahia com o atual Sergipe). Passarei a chamar o corpo dessa documentação de “cartas do açúcar”, em virtude da maior parte delas tratar de assuntos ligados ao comércio de açúcar. Ao mapearmos a localidade dos destinatários das cartas enviadas por Felisberto, chegamos ao número de 23 cidades distintas. Assim, encontramos diferentes procuradores (agentes) dos negócios de Felisberto espalhados por cidades da Europa e da África. O Mapa da Figura 1 reproduz as redes de comércio estabelecida por Felisberto a partir do endereço de seus destinatários.

4 A série de documentos foi publicada em obra organizada por Carmem Vargas, sob o título *Economia açucareira da Bahia em 1820. Cartas de Felisberto Caldeira Brant Pontes, marquês de Barbacena* (1976).

5 O engenho de Santana, o mais importante da região de Ilhéus, foi adquirido por Felisberto Caldeira Brant em 1810. Os dois engenhos de Felisberto foram palco de rebeliões escravas em março de 1814. Cf. Reis (1992).

Figura 1 – Redes de Negócios de Caldeira Brant



Fonte: Vargas (1976). Elaboração nossa, 2024.

A Figura 1 demonstra que Felisberto estabeleceu contatos comerciais com agentes localizados em cidades além das fronteiras do império português, casos de Havre de Grace (FRA), Nantes (FRA), Liverpool (ING), Londres (ING) e Hamburgo (ALE). Apreciamos nossa análise a partir do conceito de redes “transimperiais”, desenvolvidos por Fábio Pesavento (2021) em seu estudo sobre o comércio do Atlântico Sul entre agentes residentes no Brasil, em Portugal e na Inglaterra na segunda metade do século XVIII.

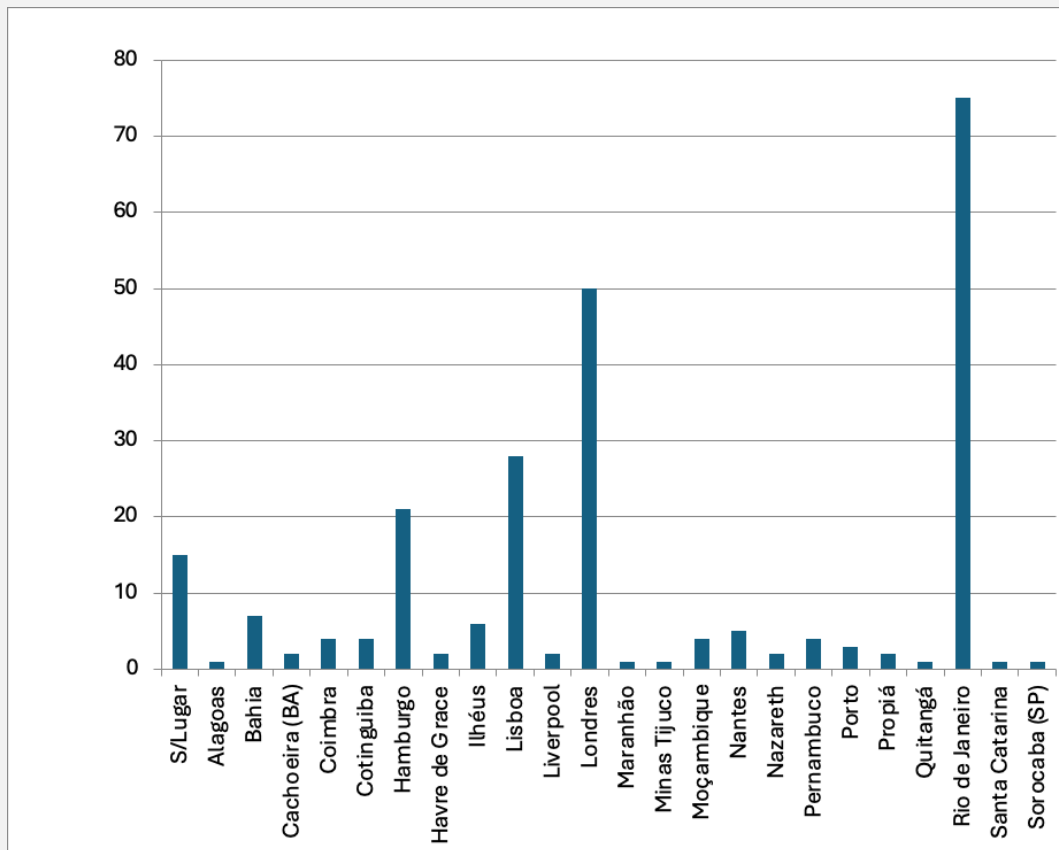
Pesavento (2021, p. 4) partiu da definição do prefixo trans encontrada no dicionário *Merrian-Webster*, que o descreve como “algo situado dentro e fora de uma região específica, através de um fluxo que passa para além de um ponto específico”, para formular seu estudo sobre o funcionamento das redes de negócio que envolviam agentes econômicos estrangeiros que atuavam na praça do Rio de Janeiro na segunda metade do século XVIII. Segundo o autor, o termo “transimperial” serve para englobar os agentes que estavam localizados dentro e fora de um determinado império embora estivessem conectados. “Nada mais transimperial do que um negociante estrangeiro, operando em Lisboa, com negócios em diferentes partes do

império ultramarino português, como o Rio de Janeiro” (Pesavento, 2021, p. 5).

As redes “transimperiais” podem ser “quebradas” em duas categorias de análise: a “extraimperial” e “intraimperiais”. A primeira, “extraimperial”, se refere à operação de aquisição de bens ou de informações fora do império a partir do qual o agente atua. Enquanto a segunda, “intraimperial”, redistribui bens e informações para outras regiões, mas todas dentro de um mesmo império. “Assim, uma operação entre Londres e Lisboa seria a parte da rede extraimperial, enquanto a operação de reexportação dos produtos, de Lisboa para o Rio de Janeiro, seria a intraimperial” (Pasavento, 2021, p. 5). Essa estrutura permitiu que pessoas, mercadorias e informações atravessassem os limites e distâncias geográficas imperiais. Logo, podem ser entendidas como transações que envolviam agentes de diferentes impérios.

O funcionamento desse tipo de relação pode ser exemplificado quando retornamos ao Mapa 1 e percebemos que Felisberto tinha seus negócios situados na Bahia, mas com parceiros comerciais no Rio de Janeiro, Londres, Lisboa, Hamburgo, Nantes e Moçambique. Isto é, relações mercantis com sujeitos dentro e fora do império português. No entanto, um olhar atento ao quantitativo das vezes em que cada cidade aparece na publicação do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro (1976) permite chegarmos a algumas conclusões importantes.

A partir do levantamento do nome das cidades dos destinatários das correspondências de Felisberto, contabilizamos o número de cartas enviadas para cada cidade (lembrando que isso não significa o mesmo destinatário) e obtivemos uma porcentagem de cada cidade sobre a totalidade das correspondências (242 cartas). O Gráfico 1 expõe nitidamente as cidades com maiores incidências de recebimento de cartas em virtude dos negócios propagados por Felisberto.

Gráfico 1 – Número de cartas enviadas por Caldeira Brant para cada cidade/destinatário

Fonte: Vargas (1976). Elaboração nossa, 2024.

Entre as 23 cidades identificadas nas “cartas do açúcar”, as cinco que receberam um maior número de cartas foram: em primeiro lugar, o Rio de Janeiro com 75 (ou 30,9%); em segundo, surge Londres com 50 (ou 20,6%); em terceiro, Lisboa com 28 (11,5%); em quarto, Hamburgo com 21 (ou 8,6%); e em quinto, Nantes com 5 (2%). Encontramos, ainda, o número de 15 cartas (ou 6,1%) em que o destino do receptor é desconhecido. Embasados nos números assinalados no Gráfico 1 e associando-os aos conteúdos presentes em cada uma das cartas, podemos afirmar que Felisberto estava integrado a duas importantes redes de negócios.

A primeira ligando Bahia-Rio-Lisboa e a segunda unindo Bahia-Londres-Hamburgo-Nantes. Ressaltamos que a predominância dessas duas redes não significa dizer que os agentes assentados em uma delas não podiam transitar/comercializar com indivíduos de outra rede ou ainda coligar-se com cidades de redes diferentes. A própria atuação de Felisberto e de seus negócios corroboram nossa afirmativa. Foi comum encontrar no conteúdo das cartas de uma determinada rede de negócios menções a negociantes e/ou procuradores da outra, caso da firma de Joaquim Pereira de Almeida & Cia., instalada em Lisboa, mas com representante

no Rio de Janeiro, assunto que trataremos mais à frente.

A preponderância da cidade do Rio de Janeiro (30,9%) nos negócios de Felisberto confirma o comportamento do mercado ultramarino português, já destacado em outros estudos historiográficos. João Ribeiro Fragoso (2002) destacou que a ocupação dos espaços mercantis no Rio de Janeiro ocorreu de forma diferente de outras possessões coloniais portuguesas. Isto é, enquanto em áreas coloniais da Índia e da África Ocidental já havia um forte grupo de mercadores anteriores à vinda dos portugueses e que acabaram por se metamorfosear junto aos colonizadores do Reino, “a chegada da esquadra de Cabral não representou, da noite para o dia, a formação de um forte grupo ou comunidade de negociantes”.

Partindo de uma nova concepção de “colonial tardio”,⁶ Fragoso ressalta que essa época foi marcada pela consolidação de novas formas de acumulação econômica do centro-sul escravista, provocando a hegemonia de uma nova elite econômica constituída pelos comerciantes de grosso trato residentes na praça mercantil do Rio de Janeiro. Discordando da tese de crise do Antigo Sistema Colonial proposta por Fernando Novais (1981), ressalta que as mudanças ocorridas no Rio de Janeiro no “colonial tardio” acabaram por colocar a praça mercantil carioca como uma referência fundamental para os mercados do Brasil e para os situados nas diferentes possessões do império lusitano.⁷ Para confirmar a hegemonia carioca, o autor nos traz números que comprovam a preeminência da praça carioca no mercado ultramarino português:

O processo de consolidação da economia colonial tardia só ocorreu em finais do século XVIII ou, mais nitidamente, a partir de 1790; e, provavelmente, perdurou até a década de 1830. [...] No período considerado, cerca de apenas quinze famílias de negociantes cariocas detinham 27% do tráfico atlântico de escravos (1811-30), 29% do transporte de mercadorias da cidade para Portugal (década de 1820), e 26% do comércio do Rio com Goa. Na esfera do comércio colonial interno, cinco a nove daquelas famílias controlavam o abastecimento de 19% (1802-1822) do charque e de 31% do trigo para o Rio (Fragoso, 2002, p. 119).

Portanto, não surpreende que o Rio de Janeiro seja o principal *locus* de recebimento das correspondências de Felisberto, já que aquela cidade desempenhava “papel fundamental na reprodução, via mercado interno, da *plantation* exportadora” (Fragoso, 1998, p. 307). Isso

6 Fragoso parte de uma concepção de “colonial tardio” diferente da apresentada por Dauril Alden (1990), que faz uso do termo para dar conta das mudanças ocorridas durante o período de 1750-1808 nas sociedades coloniais sob domínio português (p. 306-358).

7 Diferentemente de Fragoso, Eulália Lobo (1963) já destaca o papel do Rio de Janeiro desde o século XVII.

porque os negociantes cariocas possuíam ascendência sobre os traços externos que compunham a economia colonial ao controlar a reprodução da mão de obra escrava, a comercialização do açúcar e a exportação e importação de mercadorias para a metrópole (*Ibidem*, p. 321).⁸ Como destacou Fragoso, não podemos esquecer que a inexistência de instituições de crédito de peso fez com que a atividade financeira se confundisse com o comércio, ficando sob controle dos negociantes a cessão de créditos no mercado, gerando uma cadeia de endividamentos, em que esses sujeitos apareciam arrolados como os principais credores deste “mercado financeiro”. Assim, eles acabavam por obter grande poder econômico e social dentro de uma sociedade de mercado não capitalista, cuja predominância das relações políticas sobre a economia era típica das sociedades do Antigo Regime (*Ibidem*, p. 303-376).

Antes de nos debruçarmos sobre as relações políticas desenvolvidas por Felisberto dentro de suas redes de negócios, vale destacar mais alguns dados oferecidos pela Gráfico 1. O segundo lugar ocupado por Londres (20,6%), como cidade que mais recebeu cartas de Felisberto expõe a força do mercado inglês dentro da estrutura mercantil luso-brasileira, em especial após a abertura dos portos às nações amigas (1808) e a concessão de privilégios oferecidos aos britânicos com o Tratado de Comércio e Navegação de 1810 (Cf. Arruda, 2008). No entanto, Pesavento (2021) destacou que, antes mesmo dessas medidas que acabaram por beneficiar os britânicos no século XIX, já é possível encontrar, na segunda metade do XVIII, a efetiva participação dos agentes britânicos nas redes mercantis do império português. Segundo o autor, em torno de 50 homens de negócio ou casas de negócio estavam instalados em Lisboa, envolvidos com a economia do Rio de Janeiro entre 1750-1790. Isso levando em consideração apenas aqueles agentes que declararam sua nacionalidade nos documentos consultados por Pesavento (2021, p. 8-22)., pois, se fossem levados os sobrenomes de característica britânica, esse número elevar-se-ia.

A presença inglesa nas redes mercantis do ultramar português pode ajudar a explicar o porquê de Lisboa só aparecer em terceiro lugar (ou 11,5%) no número de cartas enviadas por Felisberto para destinatários lá instalados. Além disso, reforça a centralidade do Rio de Janeiro no mercado local e ultramarino e, também, de Londres no mercado internacional. Todavia, o historiador português Jorge Pedreira (1996, p. 355-379) rejeita os números apresentados por Fragoso sobre o relevo da praça carioca na economia ultramarina portuguesa no setecentos e não vê uma hegemonia dos comerciantes locais sobre os comerciantes reinóis. Para ele, poucos portugueses atuaram no mercado internacional e acabaram direcionando suas atividades para ações dentro do próprio império luso. Pedreira lembrou que muitos dos homens de negócios que se instalaram no Brasil eram provenientes das regiões do Entre Douro e Minho com predominância da última nas imigrações. Assim, o

8 Para uma visão discordante sobre a hegemonia do porto carioca sobre o mercado ultramarino português, cf. Pedreira (2001, p. 47-72).

caráter de recrutamento da emigração minhota, produzido através de laços de parentesco, relações de amizade e vizinhança ou ainda por contatos estabelecidos entre negociantes instalados no Brasil e em Portugal, teria permitido a perpetuação do controle dos reinóis sobre o comércio das praças brasileiras, impedindo aos naturais da terra o acesso à atividade mercantil (Pedreira, 2001, p. 47-72).

Todavia, os dados oferecidos pela análise das “cartas do açúcar” parecem confirmar que o centro das operações mercantis do ultramar português era mesmo o Rio de Janeiro com muitas transações ocorrendo sem o envolvimento direto da cidade lisboeta. Apenas como dado ilustrativo ao debate, podemos citar as correspondências de Felisberto com a casa de negócio Joaquim Pereira de Almeida & Cia. Quando direcionada a Lisboa, os conteúdos das cartas costumavam tratar de assuntos pessoais, como o andamento dos estudos de seu primogênito e homônimo, em Portugal, enquanto as endereçadas à mesma firma, no seu endereço do Rio de Janeiro, tratavam necessariamente de assuntos mercantis. Não podemos esquecer que o período retratado pelas “cartas do açúcar” é posterior ao deslocamento da Corte portuguesa para o Brasil, que acabou por confirmar o Rio de Janeiro como centro do poder político e econômico do império luso-brasileiro.

As colocações de Hamburgo (8,6%) e Nantes (2%) como quarta e quinta cidades, respectivamente, confirmam a importância dessas cidades para a comercialização do açúcar brasileiro na Europa, sendo elas as principais receptoras do açúcar branco e mascavo produzido pelos engenhos de Caldeira Brant. Paulo Nogueira Batista Jr. destacou, em artigo publicado em 1980, que o açúcar brasileiro conseguiu encontrar mercados alternativos na Europa, especialmente Hamburgo, superando as barreiras protecionistas inglesas, que dificultavam a entrada do gênero brasileiro no mercado britânico (1980, p. 203-239). Além de proteger os produtores do caribe inglês, havia forte pressão interna sobre o governo britânico exercida pelos grupos abolicionistas, para que o governo não tivesse qualquer laço mercantil com os produtores do açúcar brasileiro, em razão do fato de o produto ser decorrente de mão de obra escrava (Bethell, 2002, p. 247-276). Logo, o mercado hamburguês acabou por se tornar importante parceiro comercial do açúcar brasileiro produzido no nordeste brasileiro, em especial na Bahia.

Outros dados que chamaram nossa atenção são os números apresentados pela região nordestina. Só no território baiano, identificamos seis freguesias diferentes que se comunicaram com Felisberto. Só a capital, nomeada pelo termo “Bahia”, encontramos sete (ou 2,8%) ocorrências, seguidas de Ilhéus com seis (2,4%), Cachoeira e Nazaré com duas cada (0,8%) e Quitangá com uma (0,4%). Fora da Bahia, encontramos as freguesias de Propriá e Cotinguiba, no Sergipe,⁹ com duas (0,8%) e quatro (1,6%) ocorrências, respectivamente,

9 Vale ressaltar que, até o ano de 1820, Sergipe era uma comarca da capitania da Bahia. Cf. Barickman (2003, p. 38).

Pernambuco com quatro cartas (1,6%), além de Alagoas com uma (0,4%). Na verdade, esses números revelam o funcionamento do complexo açucareiro no Nordeste e sua expansão voltada para o mercado de exportação ocorrida no final do século XVIII e início e meados do século XIX. Barickman (2023, p. 50-51) destacou, em sua pesquisa sobre o Recôncavo Baiano, entre os anos de 1780 a 1860, que o peso das revoluções e guerras do final do século XVIII e início do século XIX foram importantes fatores para o renascimento da agricultura baiana depois de atravessar “tempos calamitosos” entre 1760 e 1770. As freguesias baianas listadas nas correspondências de Felisberto estão localizadas dentro das quatro zonas de expansão do açúcar, ocorridas entre 1807 e 1873, e mapeadas por Barickman em seus estudos.¹⁰

As cidades nordestinas identificadas nas correspondências de Felisberto apresentam outra significativa contribuição para a nossa análise. Elas revelam outra característica-chave dos homens de negócio do século XIX: a diversificação de suas atividades. Por viver num mercado não capitalista, marcado por instabilidades, rápidas mudanças estruturais e com caráter restrito de mercado, isto é, com poucas opções econômicas, o comerciante tinha que diversificar suas atividades como medida de precaução (Cf. Fragoso, 1998). Felisberto não fugiu desses predicados. Direcionando nossa apreciação para os conteúdos presentes nas “cartas do açúcar” de Caldeira Brant, podemos perceber que seus negócios não estavam restritos apenas ao cultivo da cana.

Além da lavoura açucareira concentrada nos engenhos de Ilhéus e da região do Tijuco (MG), encontramos referências a outros tipos de produção, como o cultivo do algodão em suas propriedades no Propriá e Cotinguiba, o plantio de fumo em Cachoeira, além da preocupação em modernizar a agricultura brasileira, com a introdução do cultivo do capim “*Guiné grass*” no Brasil – tipo cultivado em grande abundância em Porto Rico (Vargas, 1976, p. 80) – e de novas técnicas no cozimento e purgação do açúcar, para conseguir competir em pé de igualdade dentro do mercado europeu com a produção de melhor qualidade advinda da Jamaica e de Cuba. Felisberto promoveu alguns investimentos que buscaram inserir avanços técnicos na produção brasileira, mas sem renunciar a seus interesses pessoais, fazendo-se valer das relações sociais que detinha. A correspondência de Felisberto para Guilherme Bransford, seu representante em Londres, de 19 de maio de 1820, comprova a junção dos interesses privados aos interesses de Estado:

10 As quatro zonas mapeadas por Barickman (2003, p. 80-82) são as seguintes: a 1ª de →Salvador para o norte em direção aos municípios de Abrantes e Mata de São José além de abarcar as áreas litorâneas e interioranas para além do Recôncavo; a 2ª parte dos municípios do sul do Recôncavo, que haviam se especializado na produção de farinha ao final do século XVIII; na 3ª aparecem as freguesias fumageiras de Cachoeira, que, após o acentuado declínio na produção do fumo, ocorrida depois de 1820, sofreu forte decréscimo, pois sua produção era maciçamente direcionada à atividade negreira; a 4ª zona de expansão ocorreu em freguesias interioranas como Rio Fundo, Bom Jardim, Santo Amaro, São Sebastião do Passé e Catu (São Francisco do Conde).

Sendo a má qualidade do nosso açúcar em grande parte devida à ignorância em que estamos sobre fornalhas, e mais ainda sobre o cozimento e purgação, *é da maior importância para esta Província, e também de alguma utilidade para os nossos correspondentes em Hamburgo*, a aquisição de algum mestre que nos ensine a fazer açúcar tal qual o da Jamaica, e de Havana (*Apud* Vargas, 1976, p.107-108, grifo nosso).

Felisberto afirmava ser da maior importância para a província da Bahia a introdução das novas técnicas desenvolvidas em Havana e na Jamaica, principais regiões produtoras de açúcar na época, mas evidenciava também a preocupação pessoal com a qualidade de seu produto, a fim de garantir sua venda no mercado de Hamburgo. Não por acaso, em inúmeras correspondências enviadas a Londres, sua apreensão é contratar mão de obra estrangeira qualificada para que trabalhasse em seus engenhos no Brasil, treinando e ensinando aos trabalhadores locais de suas propriedades as novas técnicas disponíveis para refinar e cozer o caldo do açúcar (Vargas, 1976, p. 108). Eram comuns pedidos à firma Graham Burton & Cia. a esse respeito (*Ibidem*).

No entanto, seus negócios não ficaram restritos à produção agrícola. Com ligações com um importante traficante de escravos baiano, o futuro marquês de Barbacena investiu em diferentes ramos de negócios como a navegação a vapor. Bandeira era filho do homônimo Pedro Rodrigues Bandeira (o pai), um notório negociante baiano e comerciante de cativos (Ribeiro, 2009, p. 367-368). Ao longo de sua vida, Bandeira (o filho) conseguiu arrecadar grande fortuna e, em função de sua atividade como traficante de africanos, foi um dos maiores exportadores de fumo e aguardente, possuindo embarcações que faziam o comércio para a Europa e a Ásia. Em sociedade com Felisberto Caldeira Brant e Manuel Bento de Souza Guimarães, negociante matriculado na Real Junta de Comércio, Bandeira (filho) obteve o privilégio, por 18 anos, da navegação a vapor pelos rios e costa da Bahia, ligando Salvador a Cachoeira pela primeira vez em 4 de outubro de 1818.¹¹

Bandeira foi considerado um dos homens mais ricos e influentes do Brasil no início do século XIX. Proprietário de diversos prédios em Salvador e de seis engenhos de açúcar (Vitória, Buraco, Pilar, Moinho, Conceição e Subaré), foi ainda provedor da Fazenda Real e exerceu o cargo de tesoureiro da mesma instituição. Foi diretor da Casa da Moeda e, no período de 1828-1834, membro do Conselho Geral da província da Bahia. Ocupou, além disso, o cargo de

11 AN-RJ. Fundo Marquês de Barbacena. BR RJANRIO.Q.1.0.VBA.4/2. p. 4.

deputado pela Bahia nas Cortes Gerais de Lisboa, no ano de 1821, e, como destacou Alexandre Ribeiro, “foi condecorado com o título de Fidalgo Cavaleiro da Casa Real e Comendador da Ordem de Cristo” (2009, p. 369). Em 1835, faleceu aos 68 anos na cidade de Salvador deixando grande fortuna. Bandeira não se casou e não deixou filhos.

Além do privilégio exclusivo da navegação a vapor, introduzida por Felisberto e seus sócios em 1818, foi nos engenhos de seu cunhado, Pedro Antônio Cardoso dos Santos, que ele ingressou os primeiros moinhos a vapor para moer cana. Em parceria com outro sócio, Aristides Franklin Mornai, descobriu “uma mina de chumbo, com bastante prata [...] no ano de 1811”¹² e comunicou ao conde de Linhares, ministro da Guerra, em ofício de 27 de janeiro de 1812¹³, seu achado pedindo a exploração da referida mina em sociedade com Mornai pelo prazo de 15 anos e prometendo resultados mais expressivos do que o antigo ocupante do direto de exploração, Francisco Agostinho Gomes.¹⁴

As “cartas do açúcar” revelam ser Felisberto o principal Articular dos novos inventos, importados da Inglaterra, para as terras baianas. Desse modo, ele acabava por monopolizar o comércio de melhoramentos técnicos na produção baiana no início do século XIX. Em carta de 21 de novembro de 1819, para seu sócio Manoel Bento de Souza Guimarães, ele transparece cuidar da introdução e reparo dos barcos a vapor na Bahia:

Meu amigo e Sr. seria preciso escrever muitas páginas para contar a V.S. uma pequena parte dos trabalhos e incômodos que tenho sofrido com o Barco de Vapor, e nenhuma comissão me obrigaria a carregar semelhante cruz. *Lembra-me que se façam 3 barcos, e cada um de nós tome conta do seu para fazer o que bem quizer, e ainda assim, os meus sócios e amigos ficam de melhor partido (o que muito estimo), porque se livram de construtores, maquinistas...* Agora mesmo tenho em minha casa o que veio de Londres com filha e mulher que por instantes deve parir estando já com cirurgião, porque não admitiu parteira. [...] *mas enfim esse quinhão há de chegar a todos* (Apud Vargas, 1976, p. 18. Grifos nossos).

Felisberto realizou outros importantes investimentos para seus negócios. Entre 1812 e 1815, custeou a abertura da estrada entre S. Jorge dos Ilhéus e Arraial da Conquista para facilitar o comércio entre suas propriedades e Minas Novas (atual norte de Minas Gerais). Empregou 240 escravos de suas fazendas, bem como índios das missões. A estrada tinha como

12 ANRJ. Fundo Marquês de Barbacena. BR RJANRIO.Q.1.0.BIO.1.

13 *Ibidem*.

14 Ofício de Felisberto Caldera Brant e Aristides Franklin Mornai em que pediam uma concessão régia para exploração de uma mina de cobre. ANRJ. Fundo Marquês de Barbacena. BR RJANRIO.Q.1.0.COR.3/2 p. 5-7.

ponto de partida o rio Cachoeira e seguia em direção ao seu afluente conhecido como Salgado. Dali, rumava ao rio Gavião nas proximidades de Vitória da Conquista. O principal objetivo da estrada era facilitar o transporte de gado para o litoral, como também o do algodão e de muitos outros produtos daqueles sertões (Sisson, 1999, p. 88). A abertura desse caminho era de interesse para a Coroa portuguesa. Felisberto realizou esses serviços mirando seus negócios particulares, mas não deixou de associá-los com os da Coroa luso-brasileira. A finalização dessa obra fez a Coroa conceder a Felisberto a comenda da Ordem de Cristo,¹⁵ aumentando seu prestígio junto à Corte Joanina instalada no Rio de Janeiro.

Em 2 de janeiro de 1817, dois anos após concluir a referida estrada, Felisberto conseguiu a instalação de uma filial do Banco do Brasil, sendo investido no cargo de diretor da caixa de desconto. Além disso, obteve a nomeação de dois parceiros comerciais para compor a direção da caixa: Pedro Rodrigues Bandeira e Manuel João dos Reis (Sisson, 1999, p. 89). Alguns anos antes, em carta de 27 de julho de 1809, Felisberto pediu ao Príncipe Regente D. João que a compra de armamentos para a criação de uma “caixa patriótica” – um fundo que visava a proteger a costa baiana de possíveis ataques franceses, bem como de agitações internas na própria Bahia, como levantes de escravos – fosse feita por negociantes, sugerindo o nome de seu sócio Pedro Rodrigues Bandeira para ser um dos responsáveis pela compra dos referidos armamentos, pois, suspeitando que “o Governo Inglês não preste o armamento que precisamos, seria talvez melhor fazer esta encomenda a negociantes que sabem vencer dificuldades, e achariam tudo nas diferentes praças da Europa, só com interesse da comissão.”¹⁶

Entretanto, como Felisberto conseguiu se aproximar do centro do poder político do Império luso-brasileiro a ponto de conseguir indicar seu sócio Pedro Bandeira para que administrasse uma “caixa patriótica” na Bahia? Mais uma vez, as “cartas do açúcar” parecem apontar a resposta. Nelas, evidencia-se que os negócios funcionavam nos moldes do Antigo Regime. Isto é, havia o atravessamento de privilégios, construídos política e simbolicamente, nas relações comerciais. Nesse tipo de sociedade, não existe prática de mercado autorregulado, com os preços sendo estabelecidos pela oferta e procura. Assim, os privilégios e benefícios oferecidos a determinados sujeitos ligados ao poder local ou metropolitano eram práticas correntes. Dessa forma, os negociantes e suas redes clientelares de negócio eram os principais responsáveis por configurar não apenas o funcionamento das redes mercantis, mas também de construir simbólica e materialmente as relações políticas e culturais entre dois ou mais impérios, não ficando tais relações restritas apenas à esfera econômica (Cf. Pesavento, 2021).

Nesse sentido, o conhecimento dos indivíduos que compunham as redes de negócio

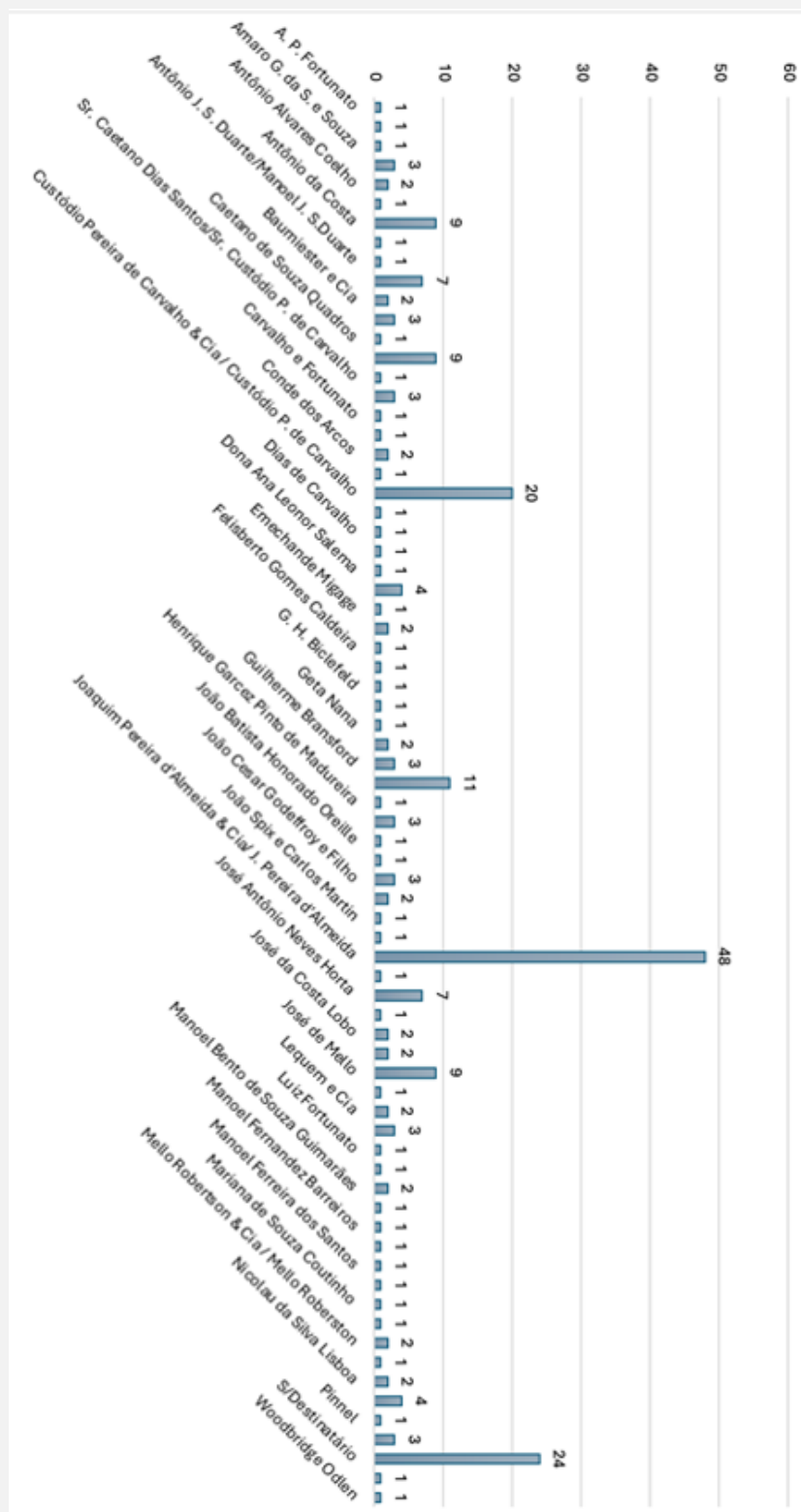
15 ANRJ. Fundo Marquês de Barbacena. BR RJANRIO.Q.1.0.COR.4.

16 Carta de Felisberto Caldeira Brant Pontes ao príncipe regente D. João VI em que pedia a criação de uma “caixa patriótica” para defesa da Bahia. ANRJ. Fundo Marquês de Barbacena. BR RJANRIO.Q.1.0.COR.1. p. 19 e 21. A citação se encontra na p. 19.

do marquês de Barbacena, expostas em suas “cartas de açúcar”, nos possibilita compreender a forma pela qual o referido marquês conseguiu vantagens políticas e econômicas que acabaram por levá-lo, primeiramente, ao encontro com o príncipe regente D. João e, posteriormente, ao topo do “campo político”¹⁷ do Primeiro Reinado. Nas referidas correspondências de Felisberto Caldeira Brant foi possível identificar 72 destinatários diferentes. O Gráfico 2 lista os principais deles, indicando o número de cartas que cada um recebeu.

17 Fazemos uso do conceito de campo desenvolvido por Pierre Bourdieu (2012).

Gráfico 2 – Número de correspondências enviadas por Caldeira Brant para cada destinatário



Fonte: Vargas (1976). Elaboração nossa, 2024.

Primeiramente, devemos esclarecer alguns pontos do Gráfico 2. Consideramos como um único destinatário firmas e indivíduos de mesmo nome (casos de Joaquim Pereira d’Almeida & Cia./Joaquim Pereira de Almeida; Graham Burton & Cia./Graham Burton; Custódio Pereira de Carvalho & Cia./Custódio Pereira de Carvalho e Caetano Dias Santos & Cia./Carvalho Dias Santos). Isso porque as cartas, tanto endereçadas para a firma como para a pessoa física, tratavam sempre de assuntos ligados a negócios. Portanto, não faria sentido separá-las. É possível observar nas correspondências localizações diferentes para um mesmo destinatário. Isso ocorreu em razão do funcionamento das redes “transimperiais”, nas quais esses sujeitos tinham grande circularidade dentro dos domínios do império ultramarino português e até fora dele. Sem destinatário representa aquelas correspondências onde não foi possível identificar o recebedor da missiva, isto é, aqueles que não foram identificados na publicação do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro de 1976.

Entre os 72 destinatários, três deles apareceram listados por Fragozo entre as 15 maiores empresas de longa distância instaladas na praça mercantil carioca no período de 1812 a 1822, com participação em alguns setores da economia colonial (tráfico de escravos, açúcar, charque e comércio com a Ásia e Portugal).¹⁸ São os casos das famílias Velho, Carneiro Leão e Pereira de Almeida, simbolizadas nas correspondências de Barbacena, por intermédio da pessoa de Amaro Velho da Silva, na casa de negócio Joaquim Pereira de Almeida & Cia. e na firma Carneiro Leão, Freire & Cia.

Amaro Velho da Silva nasceu em 16 de maio de 1780 no Rio de Janeiro. Foi abastado negociante e capitalista, cavaleiro professo da Ordem de Cristo e fidalgo cavaleiro da Casa Imperial. Foi nomeado visconde com grandeza de Macaé em 18 de outubro de 1839. Era filho do negociante Manoel Velho da Silva, cavaleiro professo da Ordem de Cristo, e de sua esposa Leonarda Maria da Conceição. Além de Amaro, o casal teve outros cinco filhos: Manoel Velho da Silva, Maria Thomázia Velho, Leonarda Maria Velho, Mathilde Carolina Velho e Mariana Alexandrina Velho da Silva. Após a morte do patriarca, em 10 de abril de 1807, os dois filhos mais velhos herdaram a direção da casa comercial dos irmãos Velho e Silva. Com a morte do tio Amaro Velho da Silva, em 1811, os sobrinhos impetraram para si a administração dos negócios da família (Muaze, 2008, p. 25-32). A casa passou a se chamar *Viúva Velhos e Filhos* e ocupava, no período analisado por João Fragozo, o décimo quarto lugar entre as maiores traficantes de escravos para o Brasil.

A casa de negócio Carneiro Leão, Freire & Cia. pertenceu ao emigrante português Antônio Joaquim Freire Marreco, radicado em Londres, e a José Alexandre Carneiro Leão. José Alexandre era filho de Brás Carneiro Leão, um traficante de escravos português, enraizado no Rio de Janeiro, que se tornou um dos comerciantes mais ricos da capitania carioca no final do

18 Para observar a lista elaborada por João Fragozo, cf. Fragozo (1998, p. 320).

século XVIII.¹⁹ José Alexandre era irmão mais moço de Fernando Carneiro Leão e foi agraciado com o hábito da Ordem de Cristo e o foro de fidalgo cavaleiro, em 1808, quando tinha apenas 15 anos de idade (Gorenstein, 1993, p. 201). Vale registrar que a referida casa de negócio Carneiro Leão, Freire & Cia. chegou a ser procurada, em 1824, quando da contratação do primeiro empréstimo internacional do governo do Império do Brasil, em Londres, durante as negociações pelo reconhecimento da independência do Brasil, da qual o futuro marquês de Barbacena tomou parte. O empréstimo não se concretizou, tendo o governo de D. Pedro I contraído o crédito de três milhões de libras esterlinas junto ao banco mercantil N. M. Rothschild & Sons.²⁰ O curioso dessa história é que o filho de Brás Carneiro Leão serviu como correspondente do Banco do Brasil, criado em 1808 pelo príncipe regente D. João, em Londres, sendo membro da comissão encarregada de gerir os fundos do governo português. Na altura da independência, ele ainda era o agente de Londres do Banco do Brasil, pela sua parceria na Carneiro Leão, Freire & Cia. José Alexandre (que mais tarde serviu como diplomata e se tornou visconde de São Salvador de Campos) era acionista do banco, no Rio de Janeiro, e juntou-se a seu conselho de administração em 1825. O lance de a firma Carneiro Leão, Freire & Cia. servir como escrituradora do empréstimo de 1824, embora infrutífera, levantou a possibilidade de que o empréstimo procurado, em parte para reembolsar dívidas acumuladas do Estado com o Banco do Brasil, podia ser contratado por agentes do mesmo banco (Cf. Summerhill, 2016). A existência de uma filial inglesa de uma firma da família Carneiro Leão, instalada na cidade de Londres, aponta a pertinência de entendermos o funcionamento das trocas mercantis a partir da experiência das redes de negócios “intra” e “extraimperiais” (Cf. Pesavento, 2021).

A firma portuguesa Joaquim Pereira de Almeida & Cia. tinha como representante, no Rio de Janeiro, João Rodrigues Pereira de Almeida. Pereira de Almeida era um dos maiores negociantes de grosso trato e traficante de escravos nas primeiras décadas do século XIX (Guimarães, 2010, p. 74-85). Ele era filho do negociante e contratador José Pereira de Almeida, importante negociante de grosso trato lisboeta no reinado de D. Maria I. Era ainda sobrinho dos negociantes Antônio Ribeiro Avelar e de José Rodrigues da Cruz, senhores de engenho de Pau Grande, em Pati de Alferes (RJ). José Rodrigues da Cruz, um dos conquistadores e fundadores da Vila de Valença (RJ), foi senhor do engenho de Ubá (Vassouras), que acabou por vendê-lo para seu sobrinho João Rodrigues em 1806 (Guimarães, 2010, p. 74-85).

Segundo Carlos Gabriel Guimarães (2010, p. 74), além de constituir-se num dos mais ricos e poderosos negociantes portugueses no Rio de Janeiro durante os reinados de D. João VI e D. Pedro I, João Rodrigues Pereira de Almeida foi nomeado diretor do Banco do Brasil; deputado da Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação do Estado do Brasil e

19 Para outras informações sobre a família Carneiro Leão, cf. Gorenstein (1993, p. 198-208).

20 Sobre o referido empréstimo, cf. Almeida (2001).

seus Domínios Ultramarinos; Conselheiro pela Fazenda Real (1821); membro da Comissão da Junta Governativa do Estado do Brasil; e recebeu a mercê da Comenda da Ordem de Cristo (1810). Foi o “enviado do rei, com apoio do ministro Silvestre Pinheiro Ferreira” (Guimarães, 2010, p. 78)²¹ para negociar com as Cortes de Lisboa um empréstimo para o Estado do Brasil (1821), bem como “tomar ciência da receptividade do retorno da Família Real para Portugal” (*Ibidem*). No governo de D. Pedro I, depois de recuperar seus bens sequestrados após a independência, além de auxiliar as tropas do monarca nas Guerras de Independência, recebeu o título de barão de Ubá em 12 de outubro de 1828 por intermédio da indicação de seu amigo José Clemente Pereira, ministro do Império na época. Sendo assim, tornou-se o “primeiro barão de café da região do Médio do Vale do Paraíba Fluminense” (*Idem*, p. 79).

Como ressaltado anteriormente, João Rodrigues Pereira de Almeida era o representante da firma comercial Joaquim Pereira de Almeida & Cia., sociedade organizada pelos seus irmãos Joaquim Pereira de Almeida e Antônio Ribeiro Pereira de Almeida, cujo endereço comercial era na Rua da Emenda, 11, freguesia N. S. da Encarnação, em Lisboa. A firma teve autorização para funcionar no Rio de Janeiro no endereço comercial do próprio João Rodrigues, na rua da Direita nº 52. A sociedade comercial em Lisboa era representante do Banco do Brasil em Portugal e seu crescimento durante o período Joanino foi evidente quando passou do prédio 11, em 1809, para ocupar os prédios 9 a 12 no mesmo endereço, em 1823.²² Segundo Guimarães (2010, p. 80), com base em José Capela, a firma começou a traficar escravos entre os anos 1805 e 1806, tendo sido “16 carregações de africanos realizadas por João Rodrigues Pereira de Almeida e pela firma Joaquim Pereira de Almeida & Cia. no período de 1811 a 1829”.²³

Portanto, como se pode observar, Felisberto estava associado a importantes traficantes de escravos da praça mercantil carioca, além de conhecer agentes ligados ao comércio negreiro em Moçambique, como o próprio traficante de escravos Joaquim José da Rocha Bastos (Capela, 2007, p. 122). Porém, o que para além da questão escravista a proximidade de Felisberto a esses poderosos negociantes da praça mercantil carioca nos aponta? Ela pode explicar como ele conseguiu se aproximar do centro do poder do império luso-brasileiro e, daí, conseguiu benefícios e privilégios como a instalação da Casa de Descontos na Bahia, em 1817, e a solicitação pela formação de uma “caixa patriótica”, em 1809, no território baiano. Afinal de contas, as três famílias representadas pelas casas de negócio, com as quais Felisberto negociou no período de 1819 a 1821, cooperaram

21 Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra desde 26 de fevereiro de 1821 em substituição ao conde de Palmela.

22 Os irmãos de João Rodrigues eram Joaquim Pereira de Almeida, Antônio Ribeiro Pereira de Almeida, Matheus Pereira de Almeida e José Rodrigues Pereira de Almeida.

23 Dados levantados por Carlos Gabriel Guimarães (2010) na *Gazeta do Rio de Janeiro*, *Diário do Rio de Janeiro* e *Jornal do Commercio*.

financeiramente com a Coroa portuguesa no atendimento às necessidades do Estado quando da instalação da corte, em 1808, no Brasil. Assim, esses negociantes encontraram novas e melhores oportunidades de acesso ao exercício do poder dentro das estruturas governamentais (Gorenstein, 1993, p.135-158).

Além dos cargos obtidos por Pereira de Almeida, como exposto, Amaro Velho da Silva, o tio de Amaro e Manuel Velho, foi diretor, em 1808, de um banco filiado à Casa da Moeda, que funcionava para a troca de barras de ouro por dinheiro. Sua criação se deveu à dificuldade do Real Erário em realizar tais operações. As ações do referido banco podiam ser adquiridas pelos negociantes de “melhor nota” do Rio de Janeiro, que receberiam dividendos de 10% ao ano. Os sobrinhos de Amaro Velho socorreram o Estado joanino com um empréstimo de 60 contos de réis, tendo sido agraciados pelo monarca com a comenda da Ordem de Cristo (Gorenstein, 1993, p. 148).

Já a família Carneiro Leão, nas figuras do patriarca Brás Carneiro Leão e de seu filho Fernando, colocou parte de suas fortunas pessoais a serviço do Estado joanino. O patriarca foi agraciado com o hábito de Cristo, o foro de fidalgo cavaleiro, além de obter a patente de coronel do regimento de infantaria de milícias da freguesia da Candelária. Ao falecer, deixou para sua esposa e filhos a mais próspera casa de comércio do Rio de Janeiro além de considerável fortuna e bens imobiliários (Gorenstein, 1993, p. 199).

Seu filho, Fernando Carneiro Leão, ocupou cargos na administração do Banco do Brasil e, em 1817, foi eleito secretário da Irmandade de Passos, a mais exclusiva do Rio de Janeiro (Gorenstein, 1993, p. 200-201). Além disso, cooperou, junto com seu cunhado Manuel Jacinto Nogueira da Gama, no atendimento dos compromissos urgentes do Real Erário. Em 1810, emprestou a soma de quatrocentos mil cruzados para a instalação, na cidade do Rio de Janeiro, de uma fábrica de fundição de peças de artilharia e canos de espingarda. Fernando se prontificou a auxiliar a Coroa com contribuições financeiras para obras religiosas, assistências e educativas da capital (*Idem*, p. 201). Em consequência do apoio prestado por ele e por seu pai Brás, vários membros da família foram agraciados com títulos, honrarias e privilégios, como: Manuel Jacinto Nogueira da Gama, com a Comenda da Ordem de São Bento de Avis, em 20 de novembro de 1795; a matriarca da família, D. Ana Francisca Rosa Maciel da Costa, com o título de baronesa de São Salvador dos Campos, em 1812; o irmão caçula de Fernando, José Alexandre, como membro encarregado da gerência do tesouro português e da correspondência do Banco do Brasil em Londres, no ano de 1815, como já realçado anteriormente; além do próprio Fernando Carneiro Leão, que recebeu as comendas da Ordem de Cristo e de Nossa Senhora da Conceição, ambas em 1818, e o posto de Coronel do 1º Regimento de Cavalaria da Milícia da Corte em 1815 (*Idem*, p. 202).²⁴

Portanto, evidencia-se que Felisberto Caldeira Brant estava envolvido em redes

24 Alguns dados a respeito das datas referentes aos títulos, honrarias e privilégios obtidos por membros da Família Carneiro Leão foram retirados de Malerba (2006, p. 161).

clientelares com figuras que faziam parte do centro político do governo joanino. Assim, ele tentava utilizar seus contatos, a fim de obter vantagens. Na carta de 1º de abril de 1820, direcionada à firma Joaquim Pereira de Almeida & Cia., Felisberto pediu o auxílio de seu amigo ao requerimento de João Gualberto Ferreira, professor régio de gramática e que pretendia aumento de ordenado:

Incluso achará V.S. requerimento de João Gualberto Ferreira, professor Régio de Gramática que pretende aumento de ordenado, para que V.S. tenha a bondade de encarregar alguém das diligências do costume, porque me parece que antes de qualquer deferimento procederá informe do governo da Província. *Se, porém, for possível prescindir-se daquela formalidade tanto melhor* porque o homem tem superior merecimento e eu muita vontade de o servir. *Não sei se o negócio pertence ao (dilacerado) do Paço, mas se por qualquer título tiver nele intervenção o meu ilustre amigo Luiz José de Carvalho, bom será que V.S. lhe comunique esta minha pretensão* (Apud Vargas, 1976, p. 86-87. Grifos nossos).

Na carta, Felisberto faz referência a Luiz José de Carvalho e Melo, visconde de Cachoeira, membro do Superior Tribunal Militar, e um dos futuros colaboradores, a pedido de D. Pedro I, da Carta Constitucional do Império do Brasil de 1824. Nesse sentido, esse documento retrata a maneira pela qual Felisberto fez uso de importantes figuras da política joanina, à qual estava integrado, a fim de obter privilégios para si ou para outros sujeitos vinculados às suas redes clientelares. Em outra carta, também enviada à firma de Pereira de Almeida, datada de 3 de outubro de 1820, Caldeira Brant pede pelo auxílio de João Rodrigues Pereira de Almeida aos negócios de Antônio Miz, correspondente de sua casa de negócio em Cabo Verde:

Neste correio vai Joaquim Pereira da Silva encarregado de vários requerimentos de... Antônio Miz correspondente desta casa em Cabo Verde, e como *o dito Silva não tem conhecimento na Corte, V. S. fará mercê de o dirigir com o seu conselho quando ele o consultar* (Apud Vargas, 1976, p.164. Grifos nossos).

Desse modo, as “cartas do açúcar” revelam importantes estratégias de poder que possibilitaram a ascensão social e política de Felisberto Caldeira Brant dentro da política joanina e, posteriormente, no reinado de D. Pedro I. Além desses destacados comerciantes de grosso trato da praça mercantil carioca, Felisberto se relacionou com outros indivíduos ligados ao centro administrativo do aparelho de Estado joanino, como: José da Silva Lisboa, deputado da Real Junta do Comércio, Agricultura, Fabricas e Navegação deste Estado do Brasil e seus Domínios Ultramarinos; Marcos de Noronha e Brito, 8º conde dos Arcos e governador da Bahia;

Manoel Ferreira da Câmara, administrador da Real Extração de Diamantes no Brasil; e as irmãs de D. Rodrigo de Souza Coutinho, Mariana de Souza Coutinho e D. Maria Balbina de Souza Coutinho.

Ao retomarmos os dados obtidos no Gráfico 2 e observarmos os principais destinatários, percebemos que João Rodrigues Pereira de Almeida era o principal aliado de Felisberto, tendo em vista que é a firma Joaquim Pereira de Almeida & Cia. que aparece com o maior número de correspondências identificadas (48 cartas). A proximidade entre Caldeira Brant e Pereira de Almeida é fortalecida quando somamos as cartas trocadas por ele com os irmãos de João Rodrigues, Matheus Pereira de Almeida (uma carta) e Antônio Ribeiro Pereira de Almeida (sete cartas). Assim, chegamos ao total de 56 cartas encaminhadas à família Pereira de Almeida; isto é, 23,14% do total de 242 correspondências da coleção publicada pelo Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. A quantidade expressiva de mensagens trocadas entre Felisberto e a família Pereira de Almeida está combinada ao fato de os irmãos Antônio e Matheus Pereira de Almeida terem ficado responsáveis por cuidar do primogênito do futuro marquês de Barbacena, o homônimo Felisberto Caldeira Brant, quando dos seus estudos em Coimbra. Em carta de 4 de dezembro de 1819, o futuro marquês agradeceu os cuidados de Matheus Pereira com seu filho: “Aproveito o primeiro navio para agradecer a V.S. a sua carta de 28 de setembro e todos os obséquios feitos a meu filho que se confessa mui obrigado a V.S. e a Ilma. Sra. Dna. Margarida minha senhora de cujo favor nunca duvidei” (*apud* Vargas, 1976, p. 37).

As cartas revelam ainda os principais agentes/consignatários presentes nas redes de negócio do marquês de Barbacena, bem como os principais produtos trocados entre si. Por exemplo, no que diz respeito à relação mercantil entre Caldeira Brant e Pereira de Almeida, é possível identificar que ele era um importante consignatário de Pereira de Almeida na Bahia, revendendo os produtos advindos do mercado asiático pela firma de João Rodrigues, como as gangas,²⁵ tecido de algodão fabricado nas Índias (Vargas, p. 56-57), da mesma forma que a firma Joaquim Pereira de Almeida & Cia. era a principal agente de Felisberto na venda do açúcar no mercado ultramarino português, dominando a rede de negócio Bahia-Rio-Lisboa mapeada nas correspondências de Caldeira Brant.

Além da firma de Pereira de Almeida, outra casa de negócio instalada na praça do Rio de Janeiro, que era responsável por comercializar o açúcar produzido nos engenhos de Barbacena, era a dos sócios L. N. Dufrayer e Henrique de Sanles.²⁶ Aos dois, Felisberto escreveu

25 O tecido fazia parte do comércio negreiro na África, cf. Tavares (1988, p. 37-52).

26 Luiz Nicolau Dufrayer estava instalado no Brasil pelo menos desde 1816 e, em 1819, tinha um estabelecimento comercial na rua Direita nos. 53 e 39. “Na Gazeta do Rio de Janeiro de 11 de dezembro de 1819 encontra-se um anúncio do comerciante que oferecia bolacha em barricas de superior qualidade, carne de vaca e de porco muito boa, vinho em meias pipas e outros muitos gêneros, próprios para consumo de embarcação” (Mott, 1994, p. 101). Infelizmente não conseguimos encontrar menção a Henrique Sanles.

11 cartas, nas quais era comum encontrar a menção ao nome de Pereira de Almeida entre as transações realizadas por Felisberto, Dufrayer e Sanles. Assim, evidencia-se o domínio de Pereira de Almeida dentro das redes de negócios que ligava Bahia, Rio e Lisboa. As relações entre mercadores da praça mercantil carioca e baiana não é nenhuma novidade, nem um fenômeno exclusivo do século XIX. João Fragoso (1998) já destacou que havia interesses em comum entre os negociantes das duas praças coloniais na segunda metade do século XVIII. Leonardo Kelmer Mathias (2012) confirma essas afinidades ao apontar uma extensa relação entre comerciantes baianos e cariocas, a partir das descobertas auríferas, na participação do tráfico atlântico de escravos para a área mineradora no setecentos. Assim, desenvolveram-se rotas mercantis ligando sujeitos localizados nas capitanias do Rio de Janeiro, de Minas Gerais e da Bahia desde os tempos coloniais (*Idem*, p. 74-145).

Além das redes “intraimperiais” intrínsecas ao comércio ultramarino português, as “cartas do açúcar” apontam importantes agentes e/ou firmas portuguesas, localizados para além do Império Luso-brasileiro configurando as chamadas redes “extraimperiais”. É o caso das casas Caetano Dias Santos & Cia. e Custódio Pereira de Carvalho & Cia., com nove e 20 cartas, respectivamente. Sobre a primeira casa, na qual seu proprietário era Caetano Dias Santos, não conseguimos encontrar qualquer informação a respeito dela e de seu dono. Já sobre a segunda, sabemos que seu proprietário, Custódio Pereira de Carvalho, era um comerciante português, que viveu no Brasil por 18 anos (entre 1790 e 1808), “onde se tornou próspero comerciante de algodão” (Munaro, 2013, p. 20). Depois, regressou a Portugal e, de lá, foi para a Inglaterra, em 1808, residindo na *City Road*, em Londres (*Ibidem*, p. 22). No reino britânico, Custódio se dedicou à exportação de bens entre Brasil e Inglaterra. Segundo Luís Francisco Munaro, ele financiou o jornal *O Campeão*, de José Liberato, um espaço ideal para fazer oposição à política econômica portuguesa, já que Liberato “encarnava os interesses dos negociantes portugueses no emigrado, da dignidade da indústria e agricultura severamente combalidas pela guerra napoleônica e pela fuga na Corte” (*Ibidem*). Custódio foi ainda agente do Banco do Brasil.

Segundo a documentação analisada, as duas casas de negócio afixadas em Londres eram responsáveis por assegurar as caixas de açúcar que seriam vendidas no mercado europeu, respectivamente, nas cidades de Hamburgo e Nantes. A última só recebia embarques de açúcar quando o mercado hamburguês não contava com preços atraentes ao açúcar baiano. O principal consignatário/procurador dos negócios do açúcar na cidade de Hamburgo era José de Mello (nove cartas) e na cidade de Nantes era a firma Lequem & Cia., comandada por Luís Pedro Lequen.²⁷

Encontramos, ainda, entre os sujeitos com maior número de correspondências enviadas por Felisberto, Antônio da Costa com nove cartas recebidas e sobre quem não temos informação alguma a respeito. No que se refere ao conteúdo das cartas, parece que Costa era,

27 Não encontramos informações a respeito da firma de Luís Pedro Lequen, nem sobre José de Mello.

assim como Custódio Pereira de Carvalho, um comerciante dedicado à exportação de bens entre Brasil e Inglaterra. Eram constantes os pedidos de Felisberto para encomendar peças para seus engenhos, vinhos e até objetos, como um piano, para que sua filha, de oito anos, que principiava a estudar música, aprendesse a tocá-lo (Vargas, 1976, p. 25).

A rede de negócios de Felisberto Caldeira Brant, evidencia como as elites coloniais eram compostas por sujeitos que desempenhavam diferentes funções e ocupavam distintas posições no interior da sociedade, com uma enorme diversidade de papéis, fazendo parte de uma “elite pluriocupacional” (Mathias, p. 50-69). Dessa forma, essas elites, inseridas em redes de reciprocidade umas com as outras, “devido à sua capacidade de ocupar os mais relevantes espaços de atuação na sociedade e os vazios de poder próprios à monarquia corporativista” (*Ibidem*, p. 52), conferiram prerrogativas de mando para si e espaços de disputa pela gerência do poder colonial em consonância com o poder metropolitano português. Nessa perspectiva, a “elite pluriocupacional” não era um grupo fechado; isto é, um “sujeito com estratégia adequada de inserção social e conhecimento suficiente da lógica de funcionamento da sociedade de Antigo Regime nos trópicos teria totais condições de ascensão social” (*Ibidem*) e de vir a integrá-la.

Felisberto Caldeira Brant representa o comportamento dessa elite colonial. Ele pertencia a famílias de conquistadores e descobridores das Minas Gerais,²⁸ que se associou, no século XIX, a uma importante família mercantil baiana ao contrair núpcias com D. Ana Constança Guilhermina de Castro Cardoso. Com seu casamento, passou a exercer também o papel de negociante como as “cartas de açúcar” demonstram. Sua atuação como “homem de negócio”, possibilitou que se aproximasse de importantes negociantes do Rio de Janeiro, novo centro político do império luso-brasileiro, após a instalação da Corte em 1808. Assim, suas redes familiares, clientelares e, principalmente de negócio, foram peças-chave para que ele conseguir adentrar dentro do campo político imperial, alcançando nele o prestígio necessário para chegar, posteriormente, ao topo da hierarquia política do Império do Brasil.

Portanto, os espaços de atuação de Felisberto nos “mundos” mercantil, senhorial e da burocracia estatal garantiram a ele uma homogeneidade de socialização e treinamento, valores caros à sociedade aristocrática luso-brasileira oriunda dos moldes do Antigo Regime lusitano e indispensáveis para a ascensão política e social. Felisberto soube sempre percorrer esses caminhos, como o estudo de sua trajetória e de seus negócios não nos deixam mentir.

28 Para saber mais a respeito das redes familiares de Felisberto Caldeira Brant, futuro marquês de Barbacena, cf. Peixoto, (2022, p. 82-118).

Referências

Fontes manuscritas

Arquivo Nacional do Rio de Janeiro (AN-RJ)

AN-RJ. Coleção Marquês de Barbacena.

AN-RJ. Série Biografia (BIO). BR RJANRIO.Q.1.0.BIO.1.

AN-RJ. Série Correspondência Pessoal (COR). BR RJANRIO.Q.1.0.COR.1; BR RJANRIO.Q.1.0.COR.3/2. BR RJANRIO.Q.1.0.COR.4.

AN-RJ. Série Visconde de Barbacena (VBA). BR RJANRIO Q.1.0.VBA.4/2.

Fontes impressas

VARGAS, Carmem (Org.). *Economia açucareira da Bahia em 1820. Cartas de Felisberto Caldeira Brant Pontes, marquês de Barbacena*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1976.

Bibliografia

AGUIAR, A. A. de. *A vida do marquês de Barbacena*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1896.

ALDEN, Dauril. El Colonial. In: BETHELL, Leslie (Org.). *História da América Latina*. Vol. 3: Da Independência a 1870. Barcelona: Crítica, 1990.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. *Formação da Diplomacia Econômica no Brasil: as relações econômicas internacionais no Império*. São Paulo: Ed. SENAC, 2001.

ARRUDA, José Jobson de A. *Uma colônia entre dois impérios: a abertura dos portos brasileiros 1800-1808*. Bauru, SP: EDUSC, 2008.

BARICKMAN, B. J. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BATISTA JUNIOR, Paulo Nogueira. Política tarifária e evolução das exportações brasileiras na primeira metade do século XIX. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, v. 34, n. 2, p. 203-239, abr.-jun. 1980.

BETHELL, L. *A abolição do comércio brasileiro de escravos: a Grã-Bretanha, o Brasil e a questão do comércio de escravos, 1807-1869*. Brasília: Senado Federal, 2002.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

CALÓGERAS, João Pandiá. *O marquês de Barbacena*. Brasília: Ed. UnB, 1982.

CAPELA, J. *Dicionário de negreiros em Moçambique*. Porto: CEAUP, 2007.

CHAVES, Cláudia M. G. *Caldeira Brant, um ministro da fazenda na encruzilhada do Império*. [S. n. t.].

EISENBERG, P. L. *Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco, 1840-1910*. Rio de Janeiro; Campinas, SP: Paz e Terra; Unicamp, 1977.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Homens de grossa ventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro. Mercados e negociantes imperiais: um ensaio sobre a economia do império português (séculos XVII e XIX). *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 36, p. 99-127, 2002.

GUIMARÃES, Carlos Gabriel. O “comércio de carne humana” no Rio de Janeiro: o negócio do tráfico negreiro de João Rodrigues Pereira de Almeida e da firma Joaquim Pereira de Almeida & Co., 1808-1830 – primeiros esboços. In: RIBEIRO, Alexandre; GEBARA, Alex.; BITTENCOURT, Marcelo (Orgs.). *África Passado e presente: II encontro de estudos africanos da UFF*. [recurso eletrônico]. Niterói, RJ: PPGH-UFF, 2010.

LOBO, Eulália Maria L. *Processo Administrativo Ibero-Americano. Aspectos da influência dos homens de negócios na política comercial Ibero-Americana – século XVII*. 1963. Tese (Concurso de Cátedra de História da América) – Universidade do Estado da Guanabara, Rio de Janeiro, 1963.

MALERBA, Jurandir (Org.). *A independência brasileira: novas dimensões*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

MARTINHO, L. M.; GORENSTEIN, Riva. *Negociantes e caixeiros na sociedade da independência*. Rio de Janeiro: SMCTE, 1993.

MATHIAS, Carlos Leonardo Kelmer. *As múltiplas faces da escravidão: o espaço econômico do ouro e sua elite pluriocupacional na formação da sociedade mineira setecentista, c. 1711-c. 1756*. Rio de Janeiro: Mauad X; FAPERJ, 2012.

MOTT, Maria Lúcia de Barros. Madame Durocher, modista e parteira. *Estudos Feministas*, Florianópolis,

v. 2, n. 3, p. 104-105, jan. 1994.

MUAZE, Mariana. *As Memórias da Viscondessa: família e poder no Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

MUNARO, Luís Francisco. *O jornalismo luso-brasileiro em Londres (1808-1822)*. 2013. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói (RJ), 2013.

NOVAIS, Fernando A. *Portugal e o Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1981.

OTÁVIO FILHO, R. *Figuras do Império e da República*. Rio de Janeiro: Zelio Valverde, 1944.

PARRON, Tâmis. *A política da escravidão no Império do Brasil (1826-1865)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

PEDREIRA, Jorge. O Brasil, fronteira de Portugal. Negócio, emigração e mobilidade social (séculos XVII e XVIII). In: CUNHA, Mafalda Soares da (Org.). *Do Brasil à Metrópole efeitos sociais (séculos XVII-XVIII)*. Évora: Universidade de Évora, 2001.

PEDREIRA, Jorge. Tratos e contratos: actividades, interesses e orientações dos investimentos dos negociantes da praça de Lisboa (1755-1822). *Análise Social*, v. 31, p. 355-379, 1996.

PEIXOTO, Rafael Cupello. *O marquês de Barbacena: política e sociedade no Brasil imperial (1796-1841)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2022.

PESAVENTO, Fábio. Redes Transimperiais no Comércio do Atlântico Sul: o exemplo dos ingleses lisboetas no Rio de Janeiro durante a segunda metade do século XVIII. *Anais do [...] Congresso Brasileiro de História Econômica, XIV; Conferência Internacional de História de Empresas, 15ª*. Varginha, MG: ABPHE, 2021, p.1-22. Disponível em: <https://www.abphe.org.br/arquivos/abphe2021-pesavento-redes-transimperiais-no-comercio-do-atlantico-sul.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2024.

REIS, João José. Recôncavo rebelde: revoltas escravas nos engenhos baianos. *Afro-Ásia*, n. 15, 1992.

RIBEIRO, A. V. *A cidade de Salvador: estrutura econômica, comércio de escravos, grupo mercantil (c. 1750-1800)*. 2009. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

SISSON, S. A. *Galeria dos brasileiros ilustres*. Brasília: Senado Federal, 1999. 2 vols.

SUMMERHILL, W. R. *Political Events and Sovereign Default Risk. Brazil, 1825-1889*. [S. n. t.].

TAVARES, Luís Henrique Dias. O Capitalismo no comércio proibido de escravos. *Revista do IEB*, São Paulo, v. 28, p. 37-52, 1988.